TL 5274

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO EM TIMOR LESTE

# ACTA N.º 33/VIII

Aos oito dias do mês de Junho do ano de dois mil, pelas quinze horas e trinta minutos reuniu, no Palácio de S. Bento, em Lisboa, presidida pelo Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP), a Comissão Eventual de Acompanhamento da Situação em Timor Leste, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Audição do Sr. Prof. Barbedo de Magalhães e da CDPM.

À reunião assistiram os Srs. Deputados constantes do livro de presenças da Comissão.

O Sr. Presidente abriu a reunião agradecendo a presença dos convidados e informou que, pela CDPM, estavam presentes:
- a Sr.ª Dr.ª Luísa Teotónio Pereira;
- a Sr.ª Dr.ª Cláudia Santos;
- o Sr. Jean Pierre Catry.

De seguida sugeriu, como tema para a troca de impressões, a «Evolução recente da situação política na Indonésia» e deu a palavra aos convidados.

O Sr. Prof. Barbedo de Magalhães agradeceu o convite e disse ser com muito gosto que estava na Comissão.

Sobre o tema da reunião, disse ter estado duas vezes na Indonésia no prazo de um mês, após 25 anos sem lá ter ido. O principal do acompanhamento do que se passava na Indonésia era feito através de amigos democratas indonésios e nas «Jornadas sobre Timor» promovidas pela Universidade do Porto

Falou da Conferência em que participou, em Melbourne, onde esteve e onde teve contactos com o Ministro do Comércio, que acabou por jantar com o Ministro Rakoff.

Considerou a Indonésia como uma democracia em transição. Continuavam em acção grupos semi-militares, com militares por trás, coincidentes sempre com o inquérito ao General Wiranto – verificava-se uma coincidência destes incidentes com o julgamento - equivalia a uma guerra civil surda que continuava larvar na Indonésia.

Disse ter grande admiração por Wahid, que conheceu em 1992, nos Estados Unidos, a quem confidenciou que, em sua opinião, ele seria o único a conseguir a transição pacífica da Indonésia pós-Suharto. Continuava a achar isso, apesar de alguns erros. Na Conferência de Bolgor disseram-lhe que tinha de vir a Portugal e então Wahid lembrou-se de que tinha um amigo no Porto.

Como erros em que tinha responsabilidade, apontou:
. demissão de ministros ligados ao sector económico, em que deu um tratamento igual para pessoas diferentes;
. hábito enraizado – sede de jornal assaltada e destruída; grupo político Surabaia criticou Presidente por ser responsável moral pois em vez de ameaçar jovens do partido que o provocou, disse que aguardava pelos tribunais - de falta de credibilidade; era grave o que tinha feito pois quem estava habituado aos javaneses ia-se habituando às incoerências, como por exemplo os motins da demissão de Wiranto. Estas incongruências tinham de ser vistas com alguma compreensão e flexibilidade, pois no quadro ocidental seriam tidas como o fim da credibilidade do Presidente.

Havia muitas forças em presença, com grupos paramilitares e nem sempre os chefes podiam desagradar aos seus apaniguados.

Conversou com muita gente e todos eram unânimes em considerar que ele era o único a ser capaz de levar a «empresa» a bom porto.

Nas Molucas os incidentes eram provocados e pagos por quem durante o consulado de Suharto ganhou muito dinheiro. Começaram a aparecer armas de fogo e não era hábito as populações terem-nas em casa.

Nas Molucas do Sul e em Aceh acontecia o mesmo. Antes do cessar-fogo é morto o líder do movimento Liberdade do Aceh e mais 24 outros. Havia versões de que tinha sido no café mas também de que tinha sido em combate.

A sequência do que tinha sucedido era: enquanto se processava o diálogo entre guerrilha e Estado para o cessar-fogo, eram assassinados guerrilheiros presos.

Considerou que até reunir o Congresso indonésio, em meados de Agosto, não ia haver estabilidade nem recuperação económica.

O Prof. Amin Rais, Presidente do Parlamento, estava a tentar «abater» Wahid. Não tinha convidado Rais para a Conferência que vai realizar em Julho por ele estar a atacar Wahid – não devia ser dada voz àquele «palerma».

Rais apareceu a fazer a defesa de Timor Leste, considerava que antes a «defesa» era no sentido de que Timor Leste devia ser arrasado. Talvez depois de Agosto faça sentido, mas agora seria um erro estratégico grave dar-lhe palco.

A Sr.ª Dr.ª Luísa Teotónio Pereira apresentou os seus companheiros do Observatório de Timor e referiu as coisas pendentes entre Portugal e a Indonésia para merecer a vinda de Wahid.

Continuava a haver desconhecimento da evolução histórica da Indonésia. O Sr. Prof. Barbedo contribuía muito com essa informação, mas passava pouco para a opinião pública. Mesmo os políticos estavam mal informados.

Parecia-lhe que, passar de uma fase em que facilmente podiam avançar para uma demonização dos Indonésios para o oposto – para uma aliança estratégica com a Indonésia para fazer face à Austrália – era uma análise simplista. A Indonésia não era um bloco, um todo e tinham de ser vistos os vários actores e os seus papéis em cada momento. Considerar a Austrália perigosa também lhe parecia algo perigoso, destituído de sentido e uma análise simplista.

A nova relação com a Indonésia devia ser encarada sob dois vectores:

- nunca tinha havido luta contra o povo indonésio, mas contra o regime indonésio; houve portugueses que fizeram alianças com democratas e resistentes timorenses - era uma história recente, comum, quantitativamente pequena, mas com que se podia contar num país a caminho da democracia;
- a Indonésia e Timor Leste tinham de encontrar o seu entendimento – era um processo longo e contraditório, mas tinha de haver um caminho.

A relação Indonésia/Austrália

Portugal não tinha interesses estratégicos qualitativos para aquela zona do mundo. As relações estavam ancoradas em Timor Leste e em Macau. Para a Indonésia eram relações frágeis sem visão de longo prazo. Timor Leste seria uma gota de água nos interesse da Indonésia, na zona. Seria cada vez menos importante para o futuro da Indonésia, o que era uma fase diferente.

A discussão de dois processos de violação de Direitos Humanos, no porto de Jacarta e em Timor Leste iam no sentido de ser atribuída menor importância a Timor Leste. A imprensa dava todo o relevo relativo ao primeiro caso e relegava para segundo plano o de Timor Leste.

O peso de Portugal era o de estar ao lado de Timor Leste e na Europa também, pelo que o papel de Portugal era menor.

Neste contexto e nesta fase pareciam-lhe objectivos de relacionamento com a Indonésia,

- nos próximos 2, 3 anos seria no sentido de colaboração no caminho de facilitar relações com Timor Leste;
- a segurança, era ainda uma questão por resolver;
- refugiados;
- julgamento, em condições aceites pela comunidade internacional dos crimes de 1999;
- reformas;
- estudantes que não acabaram os cursos;
- propriedades e património reclamado pela Indonésia;
- corredor de Oecussi.

Aqueles problemas vinham a ser tratados por Wahid, Governo Indonésio, UNTAET, Xanana, mas avançara-se muito pouco. Uma coisa eram as declarações políticas e outra o que se punha em prática. Havia contradições

do regime Indonésio, em que, na prática, os militares boicotavam os acordos.

Havia preocupação com tudo aquilo. A boa reputação de Wahid podia ser prejudicial à resolução dos problemas por poder criar a ilusão de que estava tudo a correr bem, mas, na prática, não havia resultados. Havia que fazer pressão forte e convincente, internacional, para a resolução dos problemas. Wahid disse que precisavam de ser ajudados. Havia que continuar a olhar para aquelas questões até à visita de Wahid.

Interessavam para o futuro acordos de parcerias na área técnica: projectos mesmo que pontuais no terreno, com parceiros credíveis Indonésios. Era uma forma de contribuir, em conjunto, para o desenvolvimento de Timor Leste. Idem com os australianos.

Nesta fase apresentou documentação que deixou à Comissão.

O Sr. Presidente considerou as duas intervenções como tendo sido muito úteis, para quem quisesse seguir a evolução na Indonésia.

Considerou haver sete pontos em que tinha de se avançar:

1 – julgamentos
2 – refugiados
3- desarmamento das milícias
4 – reforma dos funcionários públicos
5 – cursos dos jovens
6 – propriedade
7 – corredor para Oecussi.

E perguntou aos convidados se consideravam o processo indonésio irreversível ou se havia o risco de uma marcha atrás, e o que esperar da visita de Wahid a Portugal.

A Sr.ª Deputada Maria do Carmo Sequeira (PS) agradeceu a presença dos convidados e a sua disponibilidade para virem sempre à Comissão.

Disse terem estado numa reunião da Mesa da Comissão, na semana anterior, sete jornalistas indonésios e de ter sido interessante pois puderam dizer-lhes que a luta de Portugal não tinha sido contra o povo indonésio mas contra o

regime, de que os indonésios também tinham sido vítimas, tal como tida sucedido com os portugueses antes do 25 de Abril.
Considerou que ia ser importante para os timorenses que Wahid viesse a Portugal. Contribuiria para desmistificar problemas entre Portugal e Indonésia, uma vez que os que existiam estavam em vias de resolução.

O Sr. Deputado Carlos Santos (PS) disse que, segundo a intervenção do Sr. Prof Barbedo de Magalhães, havia dúvidas quanto à questão da democratização da Indonésia. Perguntou se era mesmo irreversível.

A Sr.ª Deputada Natália Carrascalão (PSD) felicitou o Sr. Prof. Barbedo de Magalhães pela condecoração que ia receber no 10 de Junho. Depois disse que partilhava da leitura que o Sr. Prof. fazia relativamente à Indonésia e, daí, a sua preocupação.

Considerou que o relacionamento com a Indonésia devia ser apoiado por que os timorenses seriam os ganhadores e que a democratização da Indonésia ia levar mais do que 2 a 3 anos.

Depois disse que havia que ter cuidado com os dois vizinhos – Austrália e Indonésia – pois receava que ambos se envolvessem em luta e que Timor Leste e os timorenses «pagassem as favas». Aliás, o próprio senador Patrick Kennedy dizia que tomariam conta de Timor Leste se não tomassem em atenção o que lá se passava. Os amigos deviam ajudar no relacionamento com a Indonésia, mas devia falar-se de forma continuada de Timor Leste, para não cair no esquecimento.

Formulou votos de que Wahid durasse muitos anos e disse recear pela Vice Presidente, que não queria aquela solução para Timor Leste.

Ficou feliz por considerar que a Rais também não devia ser dada voz nem palco.

O Sr. Deputado Manuel Moreira (PSD) felicitou o Sr. Prof. Barbedo de Magalhães pela condecoração e disse que se havia português que a merecia era o Prof., que defendia a causa de Timor Leste há mais de 20 anos, sem desfalecimentos nem vacilações. Referiu que alguns dos que agora estavam na primeira linha tinham vacilado pelo que aquela era uma justa homenagem.

Disse concordar com o que a Colega Natália Carrascalão tinha dito e entendia que o processo de transição para a democracia não era fácil. Considerou Wahid notável, com todas aquelas debilidades físicas, e desejou que se consolidasse a situação em Timor Leste .

Sobre o papel de Portugal, dado o que sentíamos, seria bom que jamais houvesse a tentação de transformar aquela terra num protectorado, fosse de quem fosse. Timor Leste tinha de ter boas relações com os seus vizinhos.

Sobre a cooperação disse que devia ser impulsionada em qualquer das suas vertentes para Timor Leste passar da fase de reconstrução à de desenvolvimento. Considerou que era o momento da vinda de Wahid a Portugal, era o ideal para lançar a ideia de cooperação trilateral.

A Sr.ª Dr.ª Luísa Teotónio Pereira disse que a Papua Ocidental era capaz de dar problemas e era preciso compreender o que lá se passava.

Considerou o processo indonésio irreversível, mas ainda podia acontecer alguma coisa. Tinha-se avançado pouco: o edifício jurídico estava na mesma, as Forças Armadas também e o aparelho não tinha sido transformado.

Sobre as notícias de tribunais *ad hoc* para julgar os crimes em Timor Leste, disse acreditar que o Presidente e os Ministros pudessem ter influência na nomeação de juízes. Era preciso continuar a pressão...

A visita de Wahid era importante mas precisava de ser preparada a nível da opinião pública, para que os portugueses soubessem o que ia estar em cima da mesa, que os problemas dos timorenses não seriam esquecidos e que eram aqueles pontos referidos na sua intervenção anterior.

Considerou que não se podia dar a ideia de que a visita era para passar uma esponja por cima de tudo.

Os funcionários públicos que tinham saído do território indonésio não tinham direito a elas – era preciso ver todas aquelas questões. A Indonésia tinha feito um apelo internacional para pagar as reformas, mesmo aos que estavam em Timor Ocidental.

A Comissão para o levantamento da propriedade nada havia dito sobre o pagamento de indemnizações - não havia acordo sobre os princípios.

Concordava com a cooperação trilateral desde que de acordo com os desejos e estratégias dos timorenses para o seu futuro – sempre o interesse dos timorenses e não o de Portugal, o mesmo não sucedendo com os outros dois parceiros - daí Portugal ser importante nessa cooperação.

A Sr.ª Deputada Maria do Carmo Sequeira (PS) disse da sua grande satisfação pela condecoração que o Prof. Barbedo de Magalhães iria receber, sobretudo pelos timorenses e pelos que tinham tido a felicidade de conviver com o Prof. Barbedo Magalhães.

O Sr. Prof. Barbedo de Magalhães disse que tinha sido importante ao longo de 20 anos ter contado com o Sr. Deputado Manuel Moreira e com a sua amizade, assim como com a do Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia e de alguns outros Srs. Deputados. Era insignificante face ao mais pequeno dos Timorenses que lutou e sofreu, o que ele não tinha feito.

Sobre as questões levantadas disse:

. Quando ao julgamento dos crimes:

- era importante e útil a pressão internacional;
- que o julgamento fosse na Indonésia (tem o direito e o dever de julgar os seus homens);
- era óptimo que a EU conseguisse pressão para que Suharto, Wiranto e seus apaniguados fossem julgados; Portugal não devia fazer pressão (até por que tinha as suas responsabilidades), mas devia falar com outros Governos e outros parlamentos para que o fizessem por si.

. Quanto à irreversibilidade do processo:

- gostava que fosse irreversível;
- devia ser reforçado o movimento pró-democracia na Indonésia, com apoio directo, material e financeiro – havia quem não quisesse a recuperação económica na Indonésia;
- a luta ia ser longa, com altos e baixos;

- o acordo de cessar-fogo em Aceh ia ter mais mortos e receava que qualquer português, em passeio pela Indonésia, também pudesse ser objecto de qualquer «coisa»;
- a sensibilidade de Jacarta tinha de ser tida em conta – viu em Jacarta pessoas com uma situação económica desesperada mas com um sorriso nos lábios e havia que ter cuidado com isso;
- era de não «embarcar» nas primeiras aparências e não diabolizar os indonésios;
- o Governo indonésio ia continuar a fazer barbaridades, mas era o melhor que havia;
- Wahid era um homem especial e com boas relações.

. Quanto à cooperação trilateral:

- era muito importante; tinha estado numa conferência na Austrália em 1999 e defendeu-a; defendeu isso no MNE e não teve acolhimento; voltou ao MNE e foi mais ou menos a mesma receptividade;
- mas para a Conferência de Dadores de Julho consideraram que tinha interesse estarem;
- ser Português nunca tinha sido um factor de divisão entre si e os taxistas indonésios.

. Quanto à visita de Wahid a Portugal:

- era importante por encerrar todo um passado e lhe dar força internacional, apesar de poder ser aproveitada por sectores internos;
- a visita iria dizer a toda a gente que valeu a pena, que não resultou em inimizades;
- deviam levantar-se com delicadeza os problemas atrás referidos, que ele próprio subscreverá; mas tinha de ser tudo apresentado com muito respeito e consideração por que eram as forças que estavam contra ele que bloqueavam tudo.

O Sr. Presidente apresentou desculpas por estarem em cima da hora das votações em Plenário e precisarem de dar por terminada a reunião e agradeceu a importância dos contributos ali trazidos.

O Sr. Presidente lembrou, ainda, as reuniões com o Sr. Secretário de Estado, a Conferência de Doadores assim como os vectores de acção da Comissão: livro, cooperação parlamentar e comunidade timorense.

Felicitou o Sr. Prof. Barbedo de Magalhães pela condecoração e renovou os seus agradecimentos aos convidados pela presença na Comissão.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou a reunião às doze horas e trinta minutos.

O Presidente da Comissão,

(Miguel Anacoreta Correia)